

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS


ALMEDINA

 ces

Centro de Estudos Sociais

Dicionário das Crises e das Alternativas



DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

AUTOR

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado
Universidade de Coimbra

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, nºs 76, 78 e 79
3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901
www.almedina.net · editora@almedina.net

DESIGN DE CAPA

FBA

REVISÃO

Victor Ferreira

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

G.C. – GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.

Palheira Assafarge, 3001-453 Coimbra
producao@graficadecoimbra.pt

Abril, 2012

DEPÓSITO LEGAL

....

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.



GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado

Universidade de Coimbra

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

ISBN 978-972-40-4820-8

CDU 316

338

Angola

O primeiro investimento angolano em Portugal consistiu na tentativa de compra de 49% do BANIF pelo Estado de Angola na década de 1990. Em 2005, a Sonangol realiza o seu primeiro investimento de relevo na Galp Energia. Em 2007, a Sonangol entra no capital do BCP. Recentemente, capital angolano passou a deter posições no BPI e na ZON. Apesar desta presença, o investimento direto angolano em Portugal representou, em 2010, apenas 0,1% do total de investimento estrangeiro no país. Por outro lado, Angola representa um dos principais destinos das exportações portuguesas. Entre 2006 e 2007, estas apresentaram um crescimento de 38,8%. E, embora se tenha registado uma quebra de 15% das exportações portuguesas para Angola durante 2010, o país continua a deter a quarta posição dos principais destinos das exportações portuguesas.

Marcadas de modo indelével pela dominação colonial portuguesa, as relações entre os dois países têm sido reconfiguradas pelas contingências da crise europeia que afeta Portugal de modo especialmente contundente. Espartilhado por um programa de ajustamento estrutural que impõe ao país o prosseguimento ultraortodoxo dos receituários mais radicais do neoliberalismo, o país procura, através da sua política de privatizações, captar investimento estrangeiro, dando particular atenção ao investimento angolano. Este tem sido objeto de alguns receios por parte de setores da sociedade portuguesa e de responsáveis europeus. Todavia, em face da inaptidão europeia para encontrar soluções, o espaço da CPLP, com relevo para Brasil e Angola, afigura-se como avenida para que Portugal possa reposicionar-se nas atuais reconfigurações geopolíticas e económicas da globalização. A questão a colocar é se de tais reconfigurações emergirão novos modelos de desenvolvimento sustentado, democrático e partilhado, incluindo para Portugal e para a Europa e seus parceiros, ou se permitirão a intensificação da ortodoxia neoliberal e do concomitante agravamento da dualização social.

Catarina Gomes

Argentina

Ao longo dos anos 80 do século XX, a Argentina conheceu um processo de baixo crescimento e elevada inflação. Enfrentando uma das maiores dívidas externas do mundo, os governos argentinos tentaram algumas iniciativas de estabilização dos preços. Em 1991, lançaram o Plano de Convertibilidade,

adotando a paridade cambial do peso argentino com o dólar americano. O FMI e o Banco Mundial consideraram que se tratava de um exemplo a ser seguido pelos países periféricos. Entre 1992 e 1998, a economia cresceu ao ritmo de 6% ao ano. A privatização das empresas públicas, a desregulação do mercado de trabalho e a abertura incondicional ao capital externo resultaram na acumulação de um déficit corrente de mais de 60 mil milhões de dólares, financiado por uma entrada de capitais de cerca de 100 mil milhões de dólares.

Em 2001, a situação atingiu o ponto de rutura com a fuga maciça de capitais. O FMI colocou o país em *default*, anunciando que não daria nem mais um dólar à Argentina sem que fosse definido um programa económico sustentável. As medidas destinadas a alcançar o “défice zero” sob intervenção do FMI previam duros ajustes, que desencadearam a contestação social.

A 24 de dezembro de 2001, o presidente Saá, declarou a suspensão dos pagamentos de todos os instrumentos de débito. Em janeiro de 2002, o governo argentino decretou o fim da convertibilidade, o que se traduziu na pesificação da economia e numa forte desvalorização cambial. A crise política consumiu quatro presidentes em pouco mais de uma semana. Em 25 de maio de 2003, Néstor Kirchner assumiu a presidência, defendendo a tese da corresponsabilidade dos investidores privados, do próprio FMI e das demais organizações financeiras internacionais na formação da dívida. Em março de 2005, 76,07% dos credores privados concordaram com a proposta de reestruturação da dívida apresentada pelo governo, apesar de representar uma perda de cerca de 73% face ao valor original dos títulos. O FMI classificou de “muito bom” o resultado da troca da dívida externa argentina.

A forma como a Argentina negociou a reestruturação da dívida externa, sem a intervenção do FMI, abre a possibilidade de outros países encararem o incumprimento como uma opção política.

Margarida Gomes

Arquitetura

No momento presente o país confronta-se com uma crise económica e financeira, com dimensões anteriormente difíceis de imaginar, cujas consequências se abatem sobre o seu território urbanizado ou em vias de urbanização. Os efeitos desta crise, devida aos excessivos níveis de endividamento, levou a que as instituições financeiras diminuíssem drasticamente o crédito